
Expansão capitalista e conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI

Capitalist expansion and territorial conflicts in the brazilian semiarid region in the 21st century

José Carlos Dantas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
João Câmara, RN, Brasil
j_c_dantas@hotmail.com

Carlos Alberto Feliciano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Presidente Prudente, SP, Brasil
cacafeliciano@gmail.com

Resumo

O conflito se constitui como parte intrínseca à formação territorial do semiárido brasileiro, desde a invasão europeia aos territórios de povos originários até o período atual da acumulação capitalista. Este texto objetiva relacionar a expansão do capitalismo no espaço agrário do semiárido brasileiro no século XXI com os conflitos territoriais produzidos durante esse processo. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, a coleta e sistematização de dados secundários e trabalhos de campo durante a realização da pesquisa. Identificamos que o movimento de expansão do capitalismo no campo está intimamente associado à produção de conflitos territoriais entre as classes sociais envolvidas: de um lado estão as classes dominantes, representadas pelos capitalistas e latifundiários; e de outro está o campesinato. Por fim, constatamos que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro são resultantes das práticas de violência das classes dominantes e das ações de resistência do campesinato.

Palavras-chave: Conflitos territoriais. Semiárido brasileiro. Campesinato. Violência. Resistência.

Abstract

Conflict is an intrinsic part of the territorial formation of the Brazilian semiarid region, since the European invasion of the territories of original peoples until the current period of capitalist accumulation. This paper aims to relate the expansion of capitalism in the agrarian space of the Brazilian semiarid region in the 21st century with the territorial conflicts produced during this process. We used bibliographical research, collection and systematization of secondary data, and fieldwork during the research. We identified that the expansion of capitalism in the field is intimately associated with the production of territorial conflicts between the social classes involved: on one side are the dominant classes, represented by capitalists and large land-owners; and on the other side is the

peasantry. Finally, we verified that the territorial conflicts in the Brazilian semiarid region are the result of the violence practices of the dominant classes and the resistance actions of the peasantry.

Keywords: Territorial conflicts. Brazilian semiarid region. Peasantry. Violence. Resistance.

Introdução

Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro se caracterizam por materializar, de um lado, a tentativa de dominação das classes latifundiária e capitalista a partir da apropriação dos territórios e, de outro lado, as estratégias e dimensões de resistência do campesinato em oposição a essa dominação, expressa nas lutas contra a expansão do capitalismo no campo. A manifestação desses conflitos é ocasionada pelas transformações ocorridas no movimento da formação territorial da região e de sua estrutura social correspondente.

A expansão do capitalismo no semiárido brasileiro tem como base de sustentação a apropriação do território. Articulado a um processo que ocorre em escala nacional, ganhando força com a modernização da agricultura no Brasil (MOREIRA, 1988; OLIVEIRA, 1999), a penetração do modo de produção capitalista no campo se alastra em dois movimentos combinados: a territorialização das formas materializadas do capital e a monopolização dos territórios do campesinato; e a expropriação dessa última classe de seus próprios territórios de vida.

Contudo, do mesmo modo que a produção capitalista busca se territorializar sobre as áreas pertencentes ao campesinato, este último também passa a desempenhar processos de territorialização com maior intensidade já na segunda metade do século XX. Os sujeitos organizados em movimentos sociais, sindicatos rurais e demais organizações passam a reivindicar os territórios das classes dominantes vigentes, seja das recentes empresas capitalistas seja dos latifundiários que historicamente monopolizam o território na região. O resultado, então, é um movimento duplo de territorialização praticado por sujeitos posicionados em classes sociais distintas.

Os conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI são entendidos, assim, como resultado de um processo histórico de formação territorial pautado na luta de classes. Diante disso, objetivamos neste texto relacionar a expansão do capitalismo

no espaço agrário do semiárido brasileiro no século XXI com os conflitos territoriais produzidos durante esse processo.

Assim, na busca de evidenciar de maneira mais nítida a atualidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro, realizamos a coleta de dados e informações a respeito de quatro setores econômicos que representam a expansão do capitalismo na região: agronegócio, mineração, energias alternativas e infraestrutura. Elegemos estes setores por serem aqueles que mais estão presentes nos conflitos territoriais identificados por nós durante a pesquisa.

Também realizamos a sistematização e análise dos dados acerca dos conflitos registrados no âmbito do CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021) e publicados anualmente nos relatórios Conflitos no Campo – Brasil. Esses dados dizem respeito a três categorias de conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT): a) conflitos por terra; b) conflitos por água; e c) conflitos trabalhistas. Os referidos dados correspondem ao período de 1996 a 2020.

A CPT parte da seguinte noção de conflito: “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO – CPT, 2021, p. 12). Portanto, os conflitos são ações que denotam a disputa entre sujeitos por determinados elementos que compõem o espaço agrário. Para nós, essa disputa ocorre pela apropriação do território de acordo com os elementos que o compõem: terra, água, vento, sol, floresta, minerais etc.

Na atualidade podemos compreender essa disputa entre dois grandes grupos: as classes dominantes, representada pelos capitalistas e latifundiários aliados ao Estado; e o campesinato, representado pelos diversos sujeitos em seus respectivos territórios, desenvolvendo práticas sociais contrárias ao modo capitalista de produção.

Por fim, é importante mencionar que realizamos trabalhos de campo nos anos de 2019 e 2020 com o intuito de qualificar de maneira mais fiel a análise dos conflitos na região de estudo. Os trabalhos de campo consistiram em diálogos com membros de movimentos sociais, sindicatos e demais organizamos que atual no campo, bem como em visitas a algumas áreas que registram conflitos territoriais na atualidade.

O capitalismo do século XXI no semiárido brasileiro agrário

O século XX marca a reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro com a penetração das relações capitalistas de produção de maneira mais efetiva em seu espaço agrário (OLIVEIRA, 1981; 2003), sobretudo na segunda metade do referido século (COSTA, 2006; MOREIRA, 1988; OLIVEIRA, 1999). As mudanças advindas da expansão do capitalismo no conjunto da sociedade reverberaram no interior da luta de classes no campo, minando gradativamente o poder exercido pelas oligarquias agrárias e permitindo um maior grau de organização política dos trabalhadores rurais. Obviamente que não foi o avanço do capitalismo na região o responsável por favorecer a organização desses trabalhadores, mas sim as modificações percebidas nas diversas instâncias da sociedade que ocorreram no mesmo período.

Foi no século XX que parte do campesinato passou a reivindicar tanto o reconhecimento do direito sobre territórios por ela ocupados (posseiros, indígenas, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto) quanto o direito sobre territórios usurpados por empresas privadas e representantes das classes dominantes. Esse processo foi mais intenso na segunda metade do século XX e influenciou a produção dos conflitos territoriais também durante o século XXI. A formação territorial do semiárido brasileiro, bem como sua estrutura social correspondente, mantém, dessa forma, seu processo de transformação ao longo do tempo, sendo impulsionada em grande medida pelos conflitos que emergem.

A formação territorial se trata do processo histórico da produção de territórios de um determinado recorte espacial (MORAES, 1999; 2011). Entender a produção dos territórios através da formação territorial quer dizer que estamos considerando esse processo em seu caráter dinâmico na história. A territorialização dos diversos sujeitos no semiárido brasileiro ao longo do tempo nos ajuda a compreender com os territórios dessa região se formaram e ainda se formam. E todos os elementos envolvidos nesse processo histórico de territorialização compõem a formação territorial.

É o conflito territorial que move a história do semiárido brasileiro no contexto de sua formação territorial e que gera uma estrutura social correspondente. Entendemos a estrutura social como a forma em que a sociedade está organizada do ponto de vista das relações desempenhadas pelos sujeitos (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Devido à sociedade estar estruturada em classes sociais o conflito é inerente à estrutura social, já que os interesses das diferentes classes tendem a ser divergentes.

Pelo fato de entendermos a estrutura social do semiárido brasileiro como resultado de sua formação territorial também a compreendemos por um caráter dinâmico, sempre em movimento. As características da formação territorial de cada época geram, por consequência, uma estrutura social com características correspondentes, bem como a própria estrutura social determina as formas de relação entre os sujeitos que irão continuar a mover a formação territorial.

A partir desses pressupostos é notório afirmar que entre a segunda metade do século XX e o momento atual do século XXI muitos processos se sucederam no Brasil e na região semiárida, promovendo transformações nas formas como os conflitos são produzidos através das disputas pelos territórios. As formas de organização do campesinato foram aprimoradas e promovem impactos diferentes do que promoviam no passado, considerando as mudanças que aconteceram na luta de classes. Ao mesmo tempo, as formas de expansão do modo de produção capitalista se sofisticaram e promovem impactos também diferentes do que promoviam antes. A única constância que permanece é a participação ativa do Estado no movimento de acumulação de capital.

No século XXI constatamos a continuidade do processo de expansão do capitalismo no campo iniciado no período da modernização da agricultura no Brasil na segunda metade do século XX. Uma expansão que complexifica a realidade, visto que ao lado de uma concentração fundiária herdada dos períodos históricos anteriores e ainda presente no século XXI, como demonstra Reis (2019) calculando o Índice de Gini para a região como sendo 0,84¹, há uma forte presença da população rural em comparação com outras regiões (majoritariamente composta pelo campesinato), registrando 37% de toda a população do semiárido, segundo IBGE (2010).

É importante ressaltar, de início, que além da produção agropecuária, que representa o agronegócio, a expansão capitalista ocorre com os demais setores econômicos atuantes na região no século XXI, alicerçados por relações capitalistas de produção, como a mineração, as energias alternativas e até as obras de infraestrutura.

¹ Aqui chamamos a atenção para a contradição dos dados apresentados: mesmo havendo uma alta concentração fundiária no semiárido brasileiro a população rural da região também é relativamente expressiva, já que na escala nacional o percentual de pessoas que vivem no campo é de 16%, segundo IBGE (2010).

Mesmo com a ocupação dos governos trabalhistas na presidência da república do Brasil a partir de 2003 a expansão do capitalismo no campo continuou, chegando até a ser intensificada em algumas áreas. Os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016²) foram responsáveis por promover o crescimento da comercialização das *commodities* no país, como apontam Alentejano e Tavares (2019). A produção de *commodities* estava voltada principalmente para produtos como grãos (milho, soja, café), minérios (cobre, minério de ferro, bauxita) e petróleo e gás, produtos que passam por pouco beneficiamento e são destinados ao mercado externo.

Desse modo, setores cuja produção é desenvolvida no campo, como agronegócio e mineração, registraram uma forte expansão de suas produções no campo brasileiro no século XXI³, sobretudo com as ações estatais baseadas em isenções fiscais, financiamento da produção, flexibilização da legislação e elaboração de estudos por órgãos e instituições públicas. Além destes, o setor de energias alternativas⁴ obteve um crescimento exponencial com a geração de energia elétrica com as fontes eólica, solar e de biomassa (EPE, 2021). Porém, esse crescimento só foi possível também pela intervenção direta do Estado com as ações mencionadas logo anteriormente.

Todo esse panorama de expansão do capitalismo no campo que ocorreu no Brasil nas duas últimas décadas também foi evidenciado na região semiárida. Os setores do agronegócio, mineração e energias alternativas foram os principais a se ampliar na referida região, se territorializando, por vezes, em áreas pertencentes ao campesinato, seja em áreas de comunidades tradicionais, seja de pequenos proprietários, seja de povos originários.

Uma particularidade do semiárido brasileiro, no entanto, é que, além das ações que mencionamos nos parágrafos anteriores, o Estado também atuou promovendo a construção de diversas obras de infraestrutura com o objetivo de estabelecer as bases da expansão da produção capitalista na região. Tanto os governos estaduais quanto o

² A ex-presidenta Dilma Rousseff não conseguiu finalizar seu segundo mandato em virtude do processo de impeachment (golpe) que sofreu em 2016.

³ Os dados podem ser observados em: Produção Agrícola Municipal – PAM, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>; Cadastro Mineiro, disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/sistema-de-cadastro-mineiro>.

⁴ As energias alternativas correspondem à produção de energia com fontes que não utilizam combustíveis fósseis. Muitas vezes encontramos o termo energias renováveis na literatura para se referir ao mesmo tipo de produção energética.

federal desenvolveram e vêm desenvolvendo projetos de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, hídricas e portuárias, por exemplo, para proporcionar maior potencial de lucratividade na produção e comercialização das mercadorias advindas da produção capitalista.

Diante disso, a partir de bibliografias consultadas, bem como dos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* da CPT e os trabalhos de campo realizados na pesquisa, identificamos os principais setores da economia capitalista que atuam no semiárido brasileiro como sendo: agronegócio, mineração, energias alternativas e infraestrutura. Elegemos estes setores por serem os que mais se destacam na produção de conflitos territoriais na região. A Figura 1 apresenta as principais áreas onde a produção capitalista está territorializada no semiárido brasileiro a partir do século XXI.

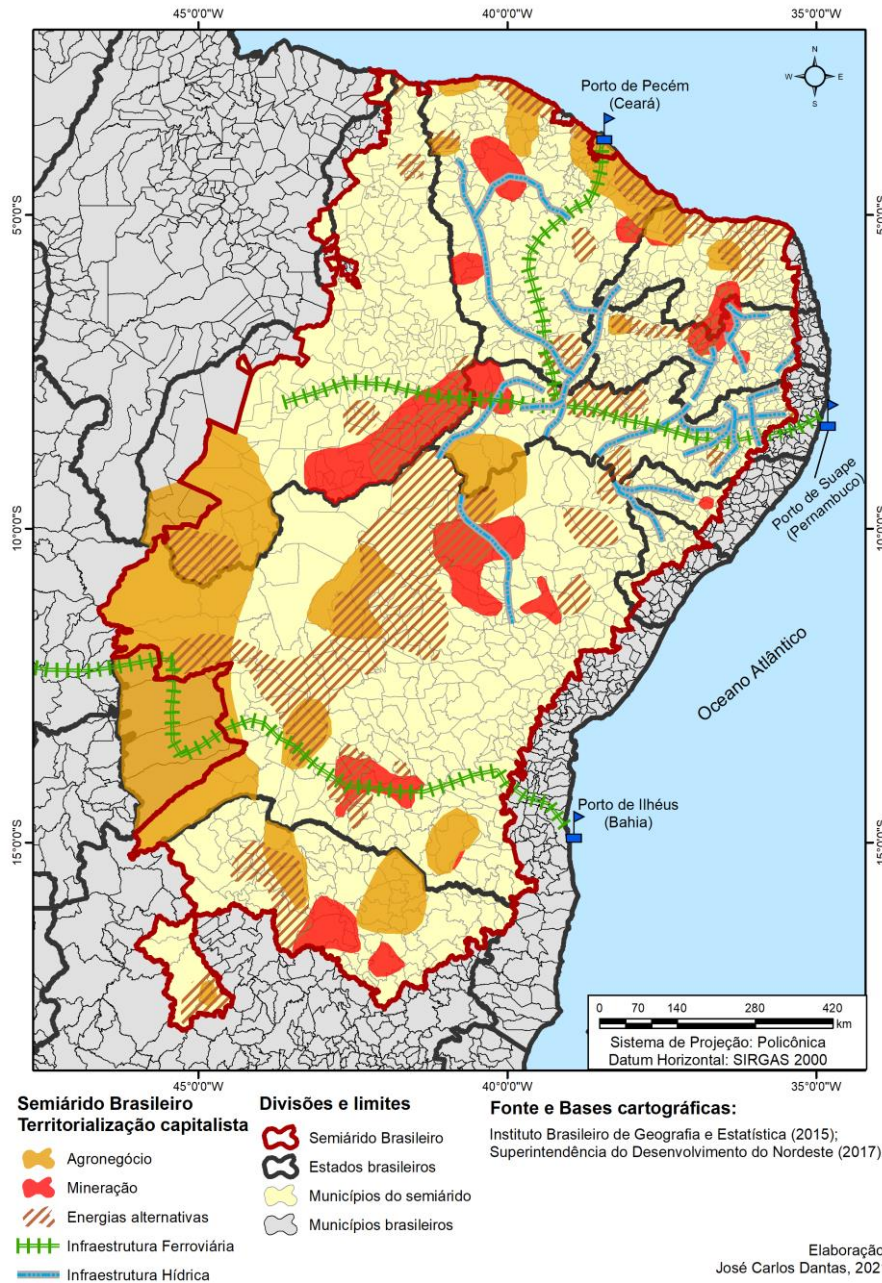
De antemão é fundamental ressaltarmos que a Figura 1 foi elaborada com base em bibliografias, relatórios e dados secundários que tivemos acesso durante a pesquisa. É possível que existam outras áreas que também marcam a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro; apenas não fomos capazes de identifica-las. A Figura 1 nos ajuda a ter um panorama geral de como se desenvolve a produção capitalista na região e como ela promove a emergência de conflitos territoriais.

Inicialmente é possível perceber que todos os estados que compõem o semiárido são afetados pela expansão do capitalismo no campo. Alguns registram a existência de empreendimentos de um ou dois setores, como Alagoas (infraestrutura e mineração) e Sergipe (infraestrutura). Outros estados apresentam a existência de empreendimentos de todos os setores econômicos, como Bahia, Ceará e Pernambuco. Esse panorama nos ajuda a refletir como o semiárido brasileiro tem sido uma região de intensa expansão do capitalismo no século XXI.

A articulação entre capital e Estado se materializa de maneira heterogênea no espaço. Podemos observar que algumas áreas da Figura 1 apresentam maior intensidade da territorialização capitalista que outras. Algumas áreas, inclusive, são impactadas com a territorialização de mais de um setor econômico, como o litoral cearense (ANEEL, 2021; CAVALCANTE, 2020), o Seridó paraibano e potiguar (ANEEL, 2021; RODRIGUES, 2019) e o centro-norte da Bahia (ANEEL, 2021; ANTONINO, 2019; FRANÇA, 2018), por exemplo. São espaços que dispõem de alto potencial para exploração capitalista e incentivos expressivos do Estado. Algumas áreas que registram a expansão capitalista no semiárido em pleno século XXI foram consolidadas ainda nas

últimas décadas do século XX. Outras são locais que experimentam o avanço recente do capitalismo no campo.

Figura 1: Principais áreas de expansão da produção capitalista no semiárido brasileiro no século XXI⁵



Fonte: elaboração própria (2021)

⁵ As áreas de produção capitalista e infraestruturas não estão georreferenciadas (com exceção das energias alternativas), pois foram delineadas com base em bibliografias e relatórios.

As áreas onde o agronegócio está territorializado se disseminam por todos os estados do semiárido (com exceção de Alagoas e Sergipe). Os perímetros irrigados são as formas mais comuns de materialização do agronegócio na região. Alguns desses perímetros foram consolidados no final do século XX, como o polo Juazeiro (Bahia)-Petrolina (Pernambuco) e o Baixo-Açu (Rio Grande do Norte), reflexos diretos do período de modernização da agricultura no Brasil. Outros perímetros foram implantados na última década, demonstrando que o agronegócio está extremamente ativo no semiárido do país (CODEVASF, 2021). Esses perímetros são caracterizados, sobretudo, pelas fruticulturas, como banana, manga, melancia, melão e uva, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM)⁶.

Além disso, também existem áreas onde o agronegócio está territorializado na região sem que haja a existência de perímetros irrigados, como locais no litoral cearense (frutas), municípios no entorno de Vitória da Conquista (Bahia) com a cultura do café (NOVAIS, 2018) e a porção do MATOPIBA⁷ pertencente ao semiárido no sul do Piauí e oeste da Bahia (PEREIRA e PAULI, 2019), com a produção de grãos, como milho e soja.

Esse breve panorama do setor de agronegócio demonstra, portanto, que a produção capitalista está extremamente ativa no semiárido brasileiro, se territorializando em diversas áreas inseridas na região. As mercadorias produzidas nessas áreas se destinam tanto ao mercado internacional, na forma de *commodities*, tanto ao mercado nacional, permitindo a acumulação de capital para as empresas produtoras, muitas delas de capital estrangeiro. Em verdade, a presença de empresas estrangeiras na região semiárida é uma característica marcante da expansão do capitalismo no campo em todos os setores econômicos que identificamos.

O setor de mineração, por exemplo, registra um considerável número de empresas estrangeiras voltadas para a exploração de minerais e rochas no semiárido brasileiro. De acordo com dados do Cadastro Mineiro⁸, da Agência Nacional de Mineração (ANM), é possível perceber que a produção mineral é desenvolvida em todos os estados da região (com exceção de Sergipe). A expansão desse setor no

⁶ Disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>.

⁷ O MATOPIBA é uma área localizada entre o sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e todo o estado do Tocantins. É uma área de fronteira agrícola criada em 2015 objetivando incentivar a produção de monoculturas para exportação.

⁸ Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/sistema-de-cadastro-mineiro>.

semiárido seguiu o movimento ocorrido no Brasil com a intensificação da produção de *commodities* no século XXI. O aumento drástico do número de processos minerários cadastrados a partir do ano 2000 atesta esse movimento de expansão da mineração, principalmente após o ano de 2010.

O número de processos minerários cadastrados na ANM registra o primeiro crescimento significativo em 2007, atingindo um segundo pico em 2011 e um terceiro pico em 2016. O total de processos minerários cadastrados em municípios do semiárido brasileiro entre 2000 e 2020 corresponde a 96% de todos os processos cadastrados em toda a história da região, sendo que os primeiros processos foram cadastrados ainda em 1935 nos estados da Bahia e Minas Gerais.

O século XXI é o período por excelência de expansão da mineração no semiárido brasileiro. A principal substância extraída na região, segundo os relatórios da ANM, é o minério de ferro, utilizado em diversas produções industriais no Brasil e no exterior. A extração de minério de ferro promove inúmeros danos às populações e à natureza nos locais onde esses empreendimentos se instalam. As áreas com destaque na extração dessa substância são: sudoeste do Piauí (processo de implantação) (SOUSA, 2021), oeste do Ceará (SILVA, 2020), centro-norte e centro-sul da Bahia (ANTONINO, 2019) e centro-norte de Minas Gerais (processo de implantação) (SEMAD, 2021).

Diversas outras substâncias também são extraídas ao longo do semiárido, tanto de minerais metálicos e não-metálicos quanto de rochas. Podemos mencionar: a extração de calcário na área de divisa entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte (se sobrepondo, inclusive, às produções do agronegócio e das energias alternativas) (REGIS, 2019; RIBEIRO, 2019); a extração de gipsita na Chapada do Araripe em Pernambuco (GRANJA et al., 2017); a extração de cobre em Alagoas (municípios de Craíbas e Igaci) (IMA, 2020); e a extração de gemas, como água marinha, ametista e turmalina, no Seridó potiguar e paraibano (RODGRIGUES, 2019).

É importante destacarmos que muitas áreas apresentadas na Figura 1 ainda não estão concretamente territorializadas pelas empresas capitalistas, devido, sobretudo, a pressão das populações locais contra a instalação desses empreendimentos. Por outro lado, as ações no âmbito estatal produzem um movimento contrário na territorialização do setor mineral, favorecendo a implantação de grandes empreendimentos controlados por empresas que muitas vezes são estrangeiras.

A aliança entre capital e Estado é explícita não apenas nos setores do agronegócio e mineração, mas também das energias alternativas. A expansão desse último no semiárido brasileiro não seria possível sem a intervenção significativa do Estado brasileiro. O século XXI é também o período primordial do crescimento da produção de energia elétrica com fontes alternativas no Brasil.

De acordo com ANEEL (2021) é possível notar a importância do semiárido brasileiro na geração de energia elétrica com base em fontes alternativas. A maior parte das usinas eólicas e solares do país está localizada ao longo da região, se constituindo como a principal área de expansão do setor: 80% das usinas eólicas e 75% das usinas solares em operação no Brasil estão situadas no semiárido; 90% da potência outorgada das usinas eólicas e 80% das usinas solares brasileiras estão inseridas também na região.

Todos os estados que compõem o semiárido brasileiro (com exceção de Sergipe) possuem usinas eólicas ou solares em sua porção semiárida, sendo que a maioria dos estados possui ambas (Figura 1). Estas usinas estão localizadas em áreas que dispõem dos maiores potenciais eólicos e solares para geração de energia elétrica através da energia cinética dos ventos e da radiação solar, respectivamente. Também são áreas onde os incentivos estatais, em todos os níveis político-administrativos, têm preponderância.

É preciso salientar que o número de usinas eólicas em operação atualmente é muito superior ao número de usinas solares. De acordo com ANEEL (2021) a partir de 2014 ocorre um aumento drástico no número de usinas eólicas em operação no semiárido, movimento que não foi acompanhado pelas usinas solares. Apenas em 2017 o número de usinas solares em operação na região registra um aumento significativo, mas ainda abaixo das usinas eólicas.

O crescimento do setor de energias alternativas no Brasil só foi possível devido as fortes ações estatais iniciadas na década de 2000, como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e a influência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com uma linha de financiamento específico para o setor de energias alternativas (TRALDI, 2018), visando atrair empresas privadas para a geração de energia.

Se consultarmos os dados disponível em ANEEL (2021) podemos identificar que o início da expansão do setor de energias alternativas no Brasil (sobretudo com usinas eólicas) ocorreu no momento imediatamente após a crise econômica mundial de

2008. O setor energético foi um importante direcionador do capital monetário imobilizado pela crise em capital produtivo, tanto em países posicionados no centro do capitalismo mundial quanto em países periféricos.

Portanto, mais do que as preocupações com a diversificação da matriz energética brasileira ou mesmo de promover um desenvolvimento sustentável, as energias alternativas no Brasil, em especial no semiárido, demonstram ser uma das principais frentes de expansão do capitalismo no campo. Isso porque as empresas de geração de energia responsáveis pelas usinas eólicas e solares são, em sua imensa maioria, privadas, e em grande medida estrangeiras. O objetivo primordial do setor de energias alternativas, bem como dos demais já mencionados aqui, é manter viva a acumulação de capital, mesmo que para isso seja preciso degradar as populações locais e a natureza nas áreas onde as usinas são instaladas.

A expansão do capitalismo no semiárido brasileiro através dos setores mencionados aqui não seria possível não fosse também o estabelecimento de uma série de infraestruturas construídas na região ao longo deste século XXI. Foram inúmeras obras rodoviárias, hídricas, portuárias e aeroportuárias, ferroviárias, enfim, implementadas pelo Estado brasileiro, tanto no âmbito federal quanto estadual, que ajudaram a impulsionar a implantação dos empreendimentos capitalistas na região.

Na Figura 1 observamos que todos os estados que compõem o semiárido brasileiro dispõem de algum tipo de infraestrutura, seja ela hídrica ou ferroviária⁹. É possível observar nitidamente que a localização das infraestruturas muitas vezes se sobrepõe às áreas de agronegócio, mineração e energias alternativas. Essas infraestruturas possuem duas funções principais para os referidos setores: permitir a produção capitalista agropecuária, mineral e energética em áreas com relativa dificuldade de acesso à água ou ampliar a produtividade em áreas em que a produção capitalista já está consolidada; e facilitar o escoamento da produção capitalista para outras regiões do Brasil e outros países.

A principal infraestrutura hídrica a ser destacada (ampliação da oferta hídrica para a produção capitalista) é o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), uma obra que visa direcionar água da bacia do rio São Francisco para bacias hidrográficas de

⁹ Apresentamos apenas as infraestruturas hídricas e ferroviárias na Figura 1 pelas seguintes questões: são as que mais contribuíram com a expansão dos demais setores econômicos da região; não conseguimos ter acesso aos dados de obras rodoviárias construídas ou remodeladas a partir do ano 2000.

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (MIN, 2004). É uma das principais obras hídricas da história do Brasil que teve início em meados de 2007, período em que já mencionamos o movimento de crescimento da comercialização de *commodities* no país.

O PISF possui dois eixos principais de obras, sendo o eixo leste (voltado para Pernambuco e Paraíba) e o eixo norte (voltado para Ceará e Rio Grande do Norte). A partir destes dois eixos principais foram sendo construídas obras complementares, seja pela União seja pelos governos estaduais, para ampliar a capilaridade do destino das águas transportadas pelo PISF. Isso permite que mais áreas da região semiárida passem a se integrar ao processo de expansão do capitalismo no campo.

Ao mesmo tempo as infraestruturas ferroviárias permitem que a produção gerada nos empreendimentos capitalistas seja escoada mais rapidamente e complete o ciclo de acumulação de capital também de maneira mais veloz. Como podemos observar na Figura 1 existem duas grandes ferrovias sendo implementadas no semiárido brasileiro atualmente (ANTT, 2020; SOUSA, 2021): a Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Ambas as ferrovias irão transportar a produção agropecuária e mineral de diversas áreas para os principais complexos portuários da região: Pecém (Ceará), Suape, (Pernambuco) e Ilhéus (Bahia).

Desse modo, percebemos que o setor de infraestrutura possui uma função fundamental para a expansão do capitalismo no campo: é o setor capaz de articular os demais setores atuantes no semiárido brasileiro, seja por possibilitar a própria produção seja por facilitar o escoamento da produção. E o que une todos estes setores mencionados e lhes dá coesão é sua capacidade de produzir conflitos territoriais onde seus empreendimentos são instalados.

Uma das características mais marcantes do avanço do capitalismo sobre o espaço agrário na região semiárida é a emergência de conflitos com a territorialização dos grandes projetos de desenvolvimento. Segundo Alentejano e Tavares (2019) esses empreendimentos se caracterizam pelos seguintes fatores: não são demandados pelas populações locais onde se instalam; ocasionam significativas mudanças nas dinâmicas locais e regionais; se utilizam de discursos desenvolvimentistas para legitimarem sua implantação; são implementados por agentes ecocômicos que atuam em outras escalas espaciais; chegam a usar de práticas violentas para forçar sua implantação; e possuem o auxílio irrestrito do Estado. Os empreendimentos de todos os setores econômicos que

descrevemos anteriormente, em sua grande maioria, se territorializam na forma de grandes projetos de desenvolvimento.

No século XXI, o discurso desenvolvimentista continua a direcionar as ações estatais de maneira a possibilitar a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro. A acumulação de capital que se mantém na região através da expansão da produção capitalista no campo nada mais é que o reflexo da continuidade das relações de dominação aí existentes. Relações que se metamorfoseiam ao longo do tempo, mas que explicitam o teor da luta de classes no espaço agrário semiárido.

Em decorrência de todo esse processo a lógica capitalista avança sobre os territórios pertencentes ao campesinato. Uma multiplicidade de sujeitos e grupos é ameaçada constantemente pelas investidas da aliança capital-Estado, que não mede esforços na busca de submeter toda a sociedade aos ditames do modo de produção capitalista. O resultado não pode ser outro senão o conflito. A formação territorial da região continua a ser movida pela produção de conflitos territoriais entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas. É o passado no presente e no futuro.

A diversidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro

Como já apontado anteriormente, os conflitos territoriais se constituem como condição *sine qua non* da formação territorial do semiárido brasileiro e acompanham toda a história da região em seus diferentes períodos. Não é de se estranhar que esse processo perdure até os dias atuais. O que devemos ressaltar é que em cada período histórico os conflitos territoriais possuem configurações espaço-temporais que se diferenciam entre si, resultado das transformações evidenciadas na estrutura social do semiárido.

No século XXI a estrutura social da região possui um caráter muito complexo dada a diversificação de sujeitos, agentes, processos e fenômenos que identificamos no decorrer de sua formação territorial. Ao mesmo tempo em que as classes dominantes continuam sendo representadas pelos capitalistas (em maior grau) e latifundiários o campesinato detém uma multiplicidade de grupos e sujeitos que se organizam politicamente e agem no sentido de defender seus territórios e conquistar novos.

Como ocorreu na segunda metade do século XX, os processos de territorialização no semiárido brasileiro continuam a se manifestar através de duas grandes formas: pelas tentativas de territorialização das empresas capitalistas e dos

latifundiários, com aval do Estado, sobre os territórios do campesinato; e ao mesmo tempo, pelas tentativas de territorialização desse campesinato sobre as áreas controladas pelas empresas capitalistas e latifundiários, que usurparam esses territórios ao longo de toda a história da região.

Portanto, esse processo simultâneo de territorialização dos diferentes sujeitos, com seus respectivos interesses, é o que nos ajuda a explicar a continuidade da ocorrência de conflitos territoriais no semiárido do Brasil. E somado a isso, também percebemos a manifestação de conflitos produzidos diretamente pelo Estado, por suas ações empenhadas em estabelecer as bases para a expansão do capitalismo no campo.

Devemos demarcar, inicialmente, nosso entendimento de que o território é concebido por várias dimensões que estão intrinsecamente interligadas no âmbito da disputa territorial. Em muitos casos os conflitos são produzidos pela tentativa de territorialização com a apropriação de vários elementos do território ao mesmo tempo, como terra, água, minérios, trabalho, vento, sol e assim por diante.

Compreendemos a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro no século XXI através da articulação entre os setores econômicos territorializados no espaço agrário da região, como expusemos anteriormente. Essa é a principal característica do campo semiárido do Brasil na atualidade, experimentando o pujante avanço da mineração e energias alternativas, próprios do referido século, ao lado da tradicional produção agrícola capitalista (agora agronegócio propriamente dito) e das grandes obras de infraestrutura. Avanço esse que, novamente reforçamos, ocorre sobre o território ocupado pela classe camponesa com a tutela do Estado.

De acordo com CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021) podemos identificar dois momentos de manifestação dos conflitos territoriais no período analisado: de 1996 a 2008 e de 2009 a 2020. Os conflitos ocorridos até o ano de 2008 possuem uma participação dos conflitos por terra na imensa maioria dos municípios registrados. Foram os conflitos produzidos nos mandatos dos governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula da Silva (mencionados anteriormente) e estavam muito vinculados à expansão das *commodities* em algumas áreas pontuais do semiárido brasileiro e às disputas fundiárias pela propriedade rural entre latifundiários e pequenos proprietários, posseiros, comunidades tradicionais, sem terra e povos originários. De

igual importância são os conflitos registrados em virtude das obras do PISF a partir de 2005, estes sendo produzidos diretamente pelo Estado.

Esse foi um período de intensa ação dos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações com atuação no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) diversos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a CPT, por exemplo. Os próprios relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* desse período demonstram a efervescência da resistência do campesinato em todo Brasil, bem como no semiárido. Por isso voltamos a salientar que ao mesmo tempo em que o capitalismo busca se territorializar na região diversos sujeitos e grupos sociais organizados também disputam os territórios ocupados pela produção capitalista e pelo latifúndio.

O ano de 2008, juntamente com o ano de 2009, contudo, registra uma diminuição significativa do número de municípios em conflito no semiárido brasileiro, reverberando também sobre o número total de conflitos. Esses dois anos representam a passagem para o segundo momento em que os conflitos se manifestam na região. A partir do ano de 2010 percebemos uma tendência crescente no registro de municípios em conflito ao longo dos anos, chegando ao seu ápice em 2019. E mesmo que o ano de 2020 apresente uma redução considerável em comparação com 2019, os municípios em conflito no referido ano estão no mesmo patamar daqueles registrados em 2018. Essa é uma tendência que também se manifesta no número de conflitos propriamente ditos registrados no período.

Se voltarmos ao tópico anterior sobre a análise da expansão capitalista no semiárido durante o século XXI podemos perceber que o crescimento de diversos tipos de mercadorias ocorre justamente na década de 2010. Algumas culturas agrícolas próprias das áreas de agronegócio registraram considerável aumento nessa década, resultando na territorialização da produção capitalista, como soja e milho no MATOPIBA, melancia, melão e uva nos perímetros irrigados e o eucalipto no norte de Minas Gerais. Além disso, a criação de camarão foi sendo incorporada em diversas áreas litorâneas e em vales de rios no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Concomitantemente, os números de processos minerários dispararam na década de 2010, indicando que novas áreas passaram a serem integradas à produção minerária

capitalista. Por serem desenvolvidos na forma de grandes projetos em diversas áreas do semiárido brasileiro, a exemplo da Bahia e do Ceará, esses empreendimentos comumente provocam inúmeros danos para a natureza e para as populações locais impactados diretamente pelos processos produtivos dessa atividade.

Ainda é importante mencionar o crescimento vertiginoso da produção de energia elétrica com fontes alternativas mediante a instalação de parques solares e eólicos, sobretudo estes últimos. Áreas que antes não despertavam o interesse da produção capitalista passaram a ser incorporadas na dinâmica produtiva do setor de energias alternativas. Os conflitos relacionados a esse setor ocorrem tanto por oposição das populações locais à instalação dos parques eólicos ou solares quanto por descumprimentos contratuais ou danos gerados pelas empresas de geração de energia após a instalação do parque.

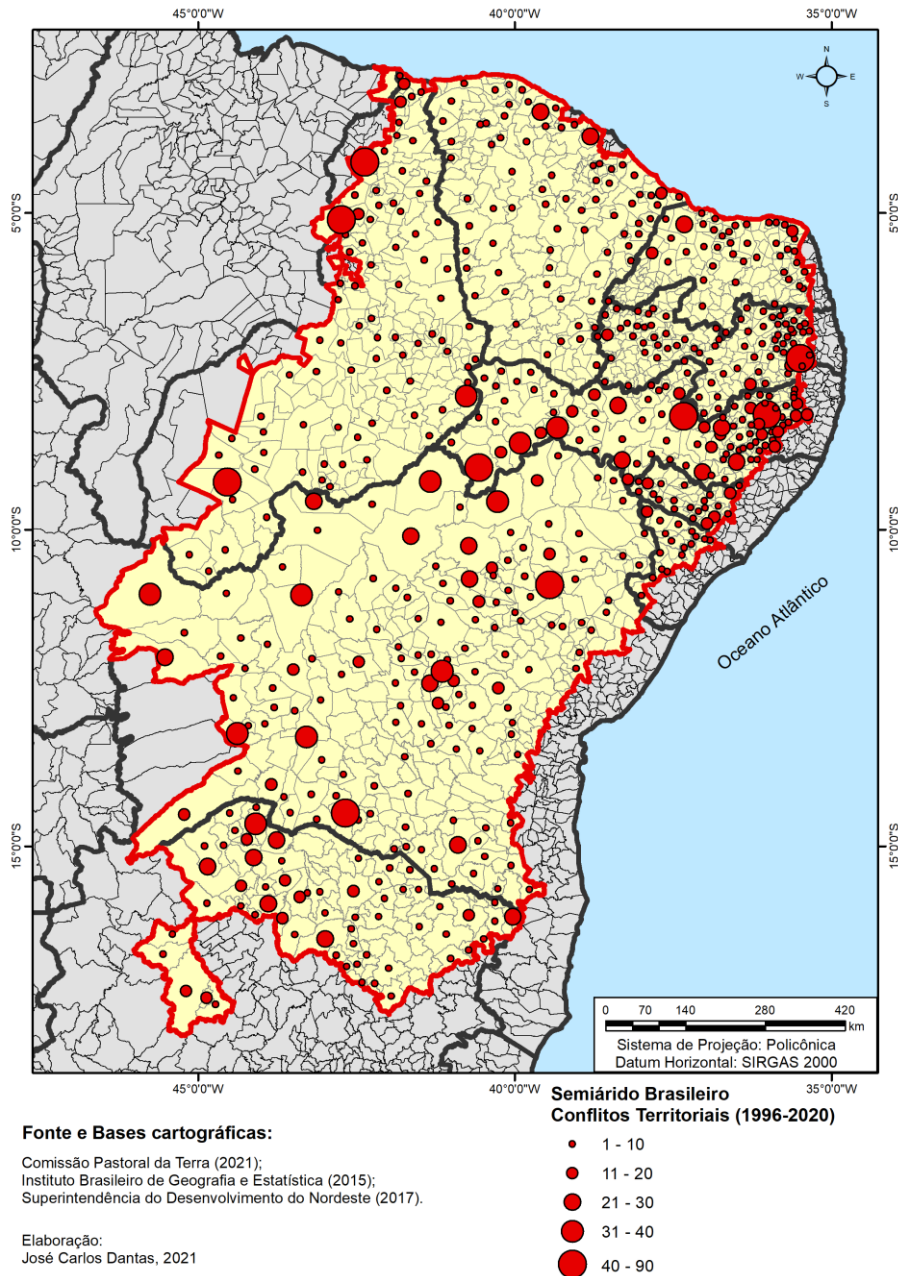
Por fim, também devemos ressaltar a importância das infraestruturas implementadas pelo Estado na região para permitir a expansão do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, para a produção de conflitos. As obras de infraestrutura hídrica e ferroviária figuram atualmente como empreendimentos de destaque na geração de conflitos promovidos diretamente pelo Estado em territórios de pequenos proprietários, comunidades tradicionais e povos originários.

O resultado de todo esse panorama de expansão capitalista é o registro de conflitos territoriais por todo o semiárido brasileiro. Como no passado a formação territorial da região é movida pela disputa de territórios entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas, com interesses distintos. E esse movimento se manifesta de maneira heterogênea no espaço e no tempo, a depender da intensidade dos processos de violência e resistência (Figura 2).

Com base na Figura 2 podemos perceber a espacialidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020, bem como a intensidade da ocorrência de conflitos em determinadas porções da região. Os dados da CPT mostram que 49% dos municípios semiáridos do Brasil estão em conflito. A intensidade dos conflitos, entretanto, nos indica que determinadas áreas da região estão em processo de disputa territorial mais acentuado do que outras. As diferenciações da espacialidade estão relacionadas às formas de expansão capitalista, ao grau de organização do campesinato,

aos elementos em disputa que compõem os territórios, à ação do Estado e ao próprio processo histórico de formação territorial da região.

Figura 2: Conflitos territoriais registrados no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Como já mencionamos anteriormente, compreendemos os conflitos através de uma abordagem territorial por entender que o território é constituído por diversas dimensões e elementos. A maneira como estas dimensões e elementos estão articulados nos diferentes territórios é a responsável por despertar o interesse dos sujeitos posicionados em classes sociais distintas e promover a disputa territorial. Logo, os conflitos que ocorrem no semiárido brasileiro dizem respeito à multidimensionalidade do território em disputa.

Quando uma empresa ou um conjunto de empresas privadas busca se territorializar em determinada área, por exemplo, ela possui interesse mútuo na apropriação dos elementos constituintes do território: na terra, na água e no trabalho para produção de monoculturas; na terra, nos minerais e na água para extração de mineral; na terra, na água e no vento para geração de energia elétrica com fonte eólica; e assim por diante.

No entanto, algumas áreas do semiárido brasileiro se sobressaem por possuírem características mais marcantes em alguns elementos que compõem os territórios em disputa. Ora os elementos terra e vento se sobressaem, ora os elementos água e terra se sobressaem, ora os elementos minerais e água se sobressaem, ora os elementos terra e floresta se sobressaem. Com base na Figura 2 podemos identificar algumas dessas áreas da região que apresentam maior intensidade dos conflitos e que possuem determinadas características que ganham evidência no processo de disputa pelo território.

As áreas que apresentam considerável disponibilidade hídrica no semiárido brasileiro se caracterizam por serem áreas de atração para a produção capitalista em seus diversos setores. Tanto áreas que naturalmente possuem disponibilidade hídrica, como vales de rios e aquíferos, são focos de expansão do capitalismo quanto áreas que possuem disponibilidade hídrica através de obras de infraestrutura, como açudes, perímetros irrigados e canais de integração de bacias hidrográficas.

Podemos destacar os vales dos rios São Francisco (todos os estados que o compõem), Parnaíba (Piauí) e Piranhas/Açu (Paraíba/Rio Grande do Norte), como áreas de interesse de empresas privadas que objetivam o acesso a terra e à água para produção comercial (para o mercado interno e externo) de monoculturas de grãos, fruticultura, piscicultura e carcinocultura e até empreendimentos turísticos. Os municípios de Petrolina (Pernambuco) e Manga (Minas Gerais), ambos no vale do rio São Francisco, e

Barras (Piauí), vale do rio Parnaíba, estão entre os municípios mais conflituosos do semiárido brasileiro registrando 51, 33 e 43 conflitos territoriais, respectivamente. Petrolina, inclusive, é o terceiro município mais conflituoso da região semiárida. Não atoa é um dos maiores produtores do setor do agronegócio, com forte produção de frutas.

A Chapada do Apodi (oeste do Rio Grande do Norte e leste do Ceará) e as áreas litorâneas próximas também são porções da região que possuem significativa disponibilidade hídrica pela existência de aquíferos e onde famílias de pequenos proprietários e de assentados rurais resistem à territorialização de empresas da fruticultura irrigada e do setor mineral que se expandem por esta porção do semiárido. As áreas litorâneas também estão intensamente submetidas ao avanço do setor de energia elétrica com os parques eólicos. Os municípios de Mossoró e Apodi, ambos no Rio Grande do Norte, registraram 30 e 19 conflitos territoriais, respectivamente, e se destacam nessa porção do semiárido.

Há também certa intensidade de conflitos territoriais em áreas de grandes obras hídricas, como é o caso dos conflitos nos municípios de entorno dos açudes Acauã, Coremas/Mãe D'água e Engenheiro Ávidos, todos no estado da Paraíba. Muitos destes conflitos foram provocados por impedimento de acesso à água, problemas com o reassentamento de famílias expropriadas e até pela disputa territorial de áreas para a produção agrícola entre empresas privadas e pequenos proprietários. O quarto município mais conflituoso do semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 é Mogeiro, registrando 49 conflitos territoriais. Esse município fica próximo ao açude Acauã, área que registra muitos conflitos no estado da Paraíba por efeito da expropriação de centenas de famílias para construção do reservatório e que não foram reassentadas ou foram reassentadas inadequadamente.

Muitos conflitos territoriais são produzidos, ainda, em virtude da ação do Estado em implementar grandes projetos de desenvolvimento que impactam diretamente a classe camponesa e que são implantados com o objetivo de permitir a territorialização dos empreendimentos capitalistas em seus diversos setores.

Podemos destacar o PISF nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que produziu especulação fundiária em áreas no entorno das obras e fomentou a produção do agronegócio, e a Ferrovia Transnordestina nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, que está sendo construída com o objetivo de escoar a

produção agropecuária e mineral para os portos de Suape (Pernambuco) e Pecém (Ceará) e atender ao mercado internacional. Vários municípios do estado de Pernambuco registraram conflitos ocasionados pelas obras do PISF, a exemplo do município de Cabrobó que registrou 31 conflitos territoriais entre 1996 e 2020. Além disso, o município de Curral Novo do Piauí registrou 36 conflitos territoriais no período analisado, muitos como resultado das obras da Ferrovia Transnordestina e da tentativa de territorialização de empresas do setor mineral.

Outra porção do semiárido brasileiro que podemos destacar com a intensidade de conflitos territoriais é a área da Chapada Diamantina, na Bahia. Historicamente esta é uma área impactada pela atividade mineral. Porém, a instalação de parques eólicos para geração de energia elétrica está promovendo inúmeros conflitos entre as empresas de geração de energia e comunidades tradicionais, como fundos e fechos de pasto, e famílias de pequenos proprietários. Nesta porção do estado da Bahia destacam-se os municípios de Wagner e Lençóis como os mais conflituosos, os quais registraram, respectivamente, 34 e 21 conflitos territoriais.

A porção centro-sul da Bahia, nas proximidades dos municípios de Caetité e Pindaí, se destaca pela intensidade dos conflitos gerados pela instalação de parques eólicos e pela produção mineral. Mais um exemplo de comunidades tradicionais e famílias de pequenos proprietários que são ameaçadas de desterritorialização com o avanço do capitalismo no campo. Além disso, muitos conflitos por água foram registrados também nessa região, sobretudo no município de Pindaí, relacionados ao impedimento de acesso à água pelas populações locais. O resultado desses processos é que os municípios dessa porção do estado da Bahia registram os maiores números de conflitos territoriais de toda a região semiárida: Caetité com 88 conflitos e Pindaí com 80 conflitos, sendo os dois municípios mais conflituosos.

Há ainda a porção do norte de Minas Gerais nas proximidades dos municípios de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas que também são ameaçadas com a territorialização de empresas de mineração e de produção de eucalipto. Afora a territorialização promovida pela monocultura do eucalipto em todo o norte de Minas Gerais as comunidades de geraizeiros também vêm sendo ameaçadas com a construção de um grande empreendimento denominado Projeto Bloco 8. O município de Grão Mogol, por exemplo, registrou 25 conflitos territoriais entre os anos de 1996 e 2020 e é um dos

municípios mais conflituosos do norte de Minas Gerais. Grande parte dessa porção do semiárido registra conflitos em virtude de disputas fundiárias e da expansão das produções do agronegócio e mineração e, mais recentemente, de parques solares.

É importante destacar os conflitos territoriais produzidos pela expansão territorial do agronegócio nos municípios inseridos no MATOPIBA e seus adjacentes. A área do MATOPIBA apresenta forte intensidade de conflitos, sendo que alguns municípios estão entre os mais conflituosos do semiárido brasileiro. Os incentivos financeiros e a flexibilização legislativa praticadas pelo Estado, que objetivam impulsionar a produção de *commodities* agrícolas, é nitidamente percebida nessa área.

A produção de soja, milho, cana-de-açúcar e eucalipto nessa área ameaça o modo de vida da classe camponesa e a obriga a construir formas de resistência para defender seus territórios dos empreendimentos capitalistas. Os conflitos territoriais produzidos por este processo resultaram no registro de 52 conflitos no município de Bom Jesus (Piauí) e 34, 32 e 27 conflitos, respectivamente, nos municípios baianos de Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória e Barreiras.

Por fim, é imprescindível que destaquemos todo o semiárido pernambucano como o estado mais conflituoso da região semiárida: 75% dos municípios semiáridos desse estado registraram conflitos territoriais entre 1996 e 2020. Dada à diversidade com que a expansão do capitalismo ocorre no espaço agrário desse estado o resultado é a produção de uma diversidade de conflitos pela resistência do campesinato às investidas dos setores do agronegócio, da mineração, das energias alternativas e das infraestruturas que se instalam no estado.

É importante ressaltarmos que as áreas mencionadas logo anteriormente são aquelas que identificamos as maiores intensidades de conflitos na região. Isso não diminui as diversas formas de violência sofridas pelo campesinato localizado em outras partes do semiárido brasileiro. Diversos municípios passam a serem incorporados a cada ano à conflitualidade inerente ao processo de formação territorial da região.

Objetivamos aqui apenas destacar algumas áreas que nos ajudam a compreender as espacialidades e temporalidades que os conflitos territoriais possuem no semiárido brasileiro e como a diversidade de sujeitos em suas respectivas classes, as características locais/regionais, a ação do Estado, os processos e os fenômenos promovem também uma diversidade de conflitos em diferentes intensidades de ocorrência.

Considerações finais

Neste texto tivemos o objeto de debater como ocorre a expansão do capitalismo no campo do semiárido brasileiro e os conflitos territoriais resultantes desse processo. Para isso, trabalhamos com uma série de bibliografias que estudaram o avanço da produção capitalista em diversas áreas da região, bem como utilizamos relatórios técnicos e dados secundários para subsidiar a análise.

Percebemos, a partir da bibliografia consultada, dos dados secundários e dos trabalhos de campo, que os conflitos territoriais continuam a ser parte inerente da formação territorial da região semiárida do Brasil, ajudando a conformar sua estrutura social. Por isso afirmamos que os conflitos territoriais são uma das principais características de toda a história do semiárido brasileiro. Talvez o fenômeno mais antigo que nunca foi superado.

Como também já mencionamos, os conflitos territoriais no semiárido brasileiro possuem diferentes configurações de acordo com seu período histórico e os locais onde são produzidos. Essas diferenciações são respostas das transformações na estrutura social da região, no interior da luta de classes, nas ações do Estado, nas características do modo de produção vigente e na conjuntura política. Portanto, os conflitos territoriais produzidos atualmente estão relacionados à expansão do capitalismo no campo em seus diversos setores que se combinam para disputar territórios com o campesinato.

A diversidade de conflitos territoriais registrados pela CPT exprime esse processo de expansão do capitalismo no campo em diferentes setores, todos impulsionados pelo Estado. As diversas características locais e a multiplicidade de sujeitos que vivem no semiárido brasileiro produzem a diversidade de conflitos que analisamos. Determinadas áreas apresentam determinadas características na produção dos conflitos. Porém, todas estas áreas estão unidas por um só processo: a disputa pelo território em sua multidimensionalidade.

Compreender como as diferentes dimensões e elementos do território se articulam para produzir os conflitos pode ser a chave para entender a gênese e desenvolvimento dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Isso pode nos ajudar a compreender como a aliança entre capital e Estado age para ameaçar cada vez mais o modo de vida dos camponeses que resistem em seus variados territórios e que também promove a disputa territorial nas áreas dominadas pelas classes dominantes da região.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do Processo nº 141596/2018-0.

Os autores agradecem ainda aos financiamentos advindos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no âmbito da pesquisa intitulada “A Geografia dos conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI”, vinculada ao Processo nº 2018/12292-0.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

ANEEL – Agência Nacional da Energia Elétrica. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA)**. Brasília: Agência Nacional da Energia Elétrica, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ANTONINO, L. Z. **Territórios extrativo-mineral na Bahia**: violações de direitos e conflitos nos territórios Terra-Abrigo. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Caderno de estudos operacionais e de capacidade. **Ferrovia de Integração Oeste-Leste**: trecho Caetitê/BA – Ilhéus/BA. Brasília: ANTT, 2020.

CAVALCANTE, L. V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i53.6016>

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Elenco de Projetos**. Brasília: CODEVASF, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COSTA, J. J. D. Contradições do processo de modernização do semi-árido: da agricultura tradicional à pecuária irracional dependente. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2021:** ano base 2020. Brasília: MME, 2021.

FRANÇA, D. P. I. **Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao Agrohídronegócio Fruticultor nas áreas de expansão dos Perímetros Irrigados no Semiárido nordestino.** 2018. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – SP.

GRANJA, C. V. A.; CAVALCANTE, E. P.; CAFFÉ FILHO, H. P. SIQUEIRA, M. S.; NASCIMENTO, W. Degradação ambiental: exploração de gipsita no Polo Gesseiro do Araripe. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 36, p. 239-267, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v11i36.782>

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial Brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IMA – Instituto do Meio Ambiente do estado de Alagoas. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente** – Exploração de minério de cobre. Municípios de Igaci e Craíbas – AL. Maceió: 2020.

MIN – Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente** – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília: 2004.

MORAES, A. C. R. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**, v. 4, n. 7, 1999, pp. 43-50.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, E. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. **Boletim de Geografia do Departamento de Geociências da Ufpb**, João Pessoa, v. 1, n.7, p. 45-55, 1988.

NOVAIS, W. P. S. **O agronegócio em Vitória da Conquista-BA:** agricultura capitalista mundializada e reprodução fictícia de capital. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz da Terra, 1981.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PEREIRA, L. I.; PAULI, L. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, pp. 147-172, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6262>

REGIS, W. L. B. H. **Estudo do processo de mineração do calcário**. 2019. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Química) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Mossoró – RN.

REIS, J. N. P. A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 27, pp. 21-38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v16i27.5178>

RIBERIO, T. R. **Processo produtivo do cimento portland e seus impactos socioambientais na cidade de Mossoró**. 2019. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Mossoró – RN.

RODRIGUES, C. **A dinâmica territorial da exploração mineral seridoense (PB/RN): da apropriação privada do subsolo à degradação do trabalho, da saúde e da vida dos camponeses-garimpeiros**. 2019. 279 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Bloco 8**. Belo Horizonte: 2021.

SILVA, E. C. **A geopolítica do saque mineral: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE**. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE.

SOUSA, A. E. “A chegada do estranho”: mineração, conflitos socioterritoriais e resistência a partir das comunidades camponesas no município de Curral Novo – PI. **Revista Pegada**, v. 22, n. 1, 2021, pp. 160-181. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v22i1.8069>

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Mapa de Delimitação do Semiárido**. Recife: SUDENE, 2017.

TRALDI, M. Os impactos sócioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro. **Scripta Nova**, v. 22, n. 589, 2018, pp. 1-34. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2018.22.19729>

Recebido em 30/09/2022 Aceito para publicação em 13/02/2023
--